



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/MF nº 62.984.091/0001-02

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionista, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras Resumidas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Aviso: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente e o relatório de administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://estadadori.estadiao.com.br/>, b) <https://ri.cruzeirosuleducacional.com.br/> e c) [www.gov.br/cvm/pt-br](http://www.gov.br/cvm/pt-br).

Balanços Patrimoniais					Controladora				Consolidado					
Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Demonstrações dos Resultados				
										Notas	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>														
Caixa e equivalentes de caixa	6	58.930	1.360	555.331	522.915					26	669.949	583.269	2.568.352	2.297.787
Contas a receber	7	55.665	70.753	191.012	261.128					27	(363.642)	(334.581)	(1.317.230)	(1.198.011)
Tributos a recuperar	8	464	24.229	12.594	36.367						<b>306.307</b>	<b>248.688</b>	<b>1.251.122</b>	<b>1.099.776</b>
Outros créditos	9	60.666	77.295	88.582	41.463									
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>175.725</b>	<b>173.637</b>	<b>847.519</b>	<b>861.873</b>									
<b>Não circulante</b>														
Contas a receber	7	3.470	2.652	28.692	22.286									
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	20.330	225.835	-	-									
Depósitos judiciais	19	10.371	9.653	24.933	24.571									
Outros créditos	9	1.339	2.831	27.425	80.073									
Tributos diferidos	25	-	-	114.345	104.267									
Investimentos	10	1.322.514	1.033.754	146	146									
Imobilizado, líquido	11	112.854	114.819	585.068	583.297									
Direito de uso	14	299.438	334.150	1.002.601	1.129.737									
Intangível, líquido	12	45.629	34.716	1.938.758	1.709.559									
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.815.945</b>	<b>1.758.410</b>	<b>3.721.968</b>	<b>3.653.936</b>									
<b>Total do ativo</b>		<b>1.991.670</b>	<b>1.932.047</b>	<b>4.569.487</b>	<b>4.515.809</b>									
<b>Passivo</b>														
<b>Circulante</b>														
Fornecedores				41.795	33.589	80.765	77.870							
Obrigações com partes relacionadas	17	1.466	1.334	3.421	3.166									
Obrigações trabalhistas	15	47.391	53.430	121.815	127.201									
Obrigações tributárias	16	16.183	15.374	63.221	57.434									
Obrigações de clientes	18	13.767	10.577	72.805	47.549									
Passivo de arrendamento	14	39.053	30.403	128.610	107.778									
Debêntures	13	-	-	172.311	198.080									
Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	260.887	169.438									
Receita diferida	21	-	-	722	722									
Outras contas a pagar		1.384	1.303	7.605	7.166									
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>161.039</b>	<b>146.010</b>	<b>912.162</b>	<b>796.404</b>									
<b>Não circulante</b>														
Passivo de arrendamento	14	348.197	379.327	1.098.008	1.218.105									
Obrigações tributárias	16	-	-	105.625	115.874									
Obrigações trabalhistas	15	3.159	10.963	3.159	10.963									
Debêntures	13	-	-	851.097	645.867									
Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	45.078	251.953									
Tributos diferidos	25	17	55	14.897	15.693									
Provisão para demandas judiciais	19	7.981	7.989	56.291	60.922									
Receita diferida	21	-	-	8.063	8.785									
Outras contas a pagar		488	1.220	4.318	4.760									
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>359.842</b>	<b>399.554</b>	<b>2.186.536</b>	<b>2.332.922</b>									
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.991.670</b>	<b>1.932.047</b>	<b>4.569.487</b>	<b>4.515.809</b>									
<b>Patrimônio líquido</b>														
Capital social	22	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576									
Reserva de capital	22	102.993	102.993	102.993	102.993									
Reservas de lucros	22	87.220	79.914	87.220	79.914									
Dividendos adicionais propostos	22	77.000	-	77.000	-									
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.470.789</b>	<b>1.386.483</b>	<b>1.470.789</b>	<b>1.386.483</b>									
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.991.670</b>	<b>1.932.047</b>	<b>4.569.487</b>	<b>4.515.809</b>									

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Total da reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.203.576</b>	<b>(23.133)</b>	<b>161.978</b>	<b>161.978</b>	<b>33.514</b>	<b>29.459</b>	<b>62.973</b>	-	-	<b>1.405.394</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	100.455	-	100.455
Ações em tesouraria	22.5	(35.852)	-	-	-	-	-	-	-	(35.852)
Cancelamento de ações ordinárias	22.5	-	58.985	(58.985)	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	(23.514)	-	(23.514)	-	-	(23.514)
Destinação do resultado do exercício										
Constituição da reserva legal	22.2	-	-	-	-	5.023	5.023	(5.023)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	-	(23.858)	-	(23.858)
Dividendos adicionais	22.4	-	-	-	-	-	-	(36.142)	-	(36.142)
Retenção de lucros	22.3	-	-	-	35.432	-	35.432	(35.432)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.203.576</b>	<b>-</b>	<b>102.993</b>	<b>102.993</b>	<b>45.432</b>	<b>34.482</b>	<b>79.914</b>	<b>144.306</b>	<b>-</b>	<b>1.386.483</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	144.306	-	144.306
Destinação do resultado do exercício										
Constituição da reserva legal	22.2	-	-	-	-	7.215	7.215	(7.215)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	-	(34.273)	-	(34.273)
Dividendos adicionais	22.4	-	-	-	-	-	-	(25.727)	-	(25.727)
Retenção de lucros	22.3	-	-	-	91	-	91	(91)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.203.576</b>	<b>-</b>	<b>102.993</b>	<b>102.993</b>	<b>45.523</b>	<b>41.697</b>	<b>87.220</b>	<b>-</b>	<b>77.000</b>	<b>1.470.789</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas			
Razão social	31/12/2024	31/12/2023	
CEUSUCA Complexo de Ensino Superior de Cachoerinha Ltda. ("CEUSUCA")	99,99%	99,99%	
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%	
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	100,00%	100,00%	
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%	
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	100,00%	100,00%	
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	100,00%	100,00%	
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	100,00%	100,00%	
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO")	100,00%	100,00%	
CESA - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("CESA")	100,00%	100,00%	
Centro de ensino superior de Pinhais Ltda. ("FAPI") (Nota 5)	100,00%	-	
As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis sejam alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não são o resultado do exercício. <b>1.4. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA"):</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas contábeis IFRS. <b>1.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:</b> Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: O IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. Essa alteração não tem impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. <b>1.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:</b> IFRS 18 "Presentation and Disclosure of Financial Statements": Em 9 de abril de 2024, o IASB publicou o IFRS 18 - "Presentation and Disclosure in Financial Statements", nova norma que aborda a apresentação e divulgação de demonstrações financeiras, com foco em atualizações nas demonstrações dos resultados. O IFRS 18 irá substituir o IAS 1 - "Presentation of financial statements" e é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027 e se aplica, também, para os períodos comparativos. IFRS 19 "Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures": Em maio de 2024, o IASB publicou o IFRS 19 - "Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures", essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidência para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de			

continua -&gt;



→ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os impactos das novas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **1.7. Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares ("LC"). Aprovado na Câmara dos Deputados em 10 de julho, o projeto chegou ao Senado no dia 22 de julho, e foi aprovado em 12 de dezembro de 2024, retornando para a Câmara dos Deputados para uma segunda votação, que ocorreu em 15 de dezembro de 2024. Em 16 de janeiro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei Complementar, transformando-o na Lei Complementar 214/2025. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS. Foi também criado um imposto seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. A transição para o novo sistema tributário começará em 2026 e se estenderá até 2032, permitindo que a sociedade e os setores econômicos se adaptem gradualmente às novas regras. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **1.8. Alienação Colégio São Sebastião:** Em 21 de novembro de 2024, a Companhia, por meio de sua controlada Módulo, celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças do Colégio São Sebastião. O preço total da venda foi de R\$657, sendo R\$375 a vista no fechamento do contrato, e R\$282 a prazo, com o recebimento para o dia 31 de março de 2025, corrigido pela variação positiva do CDI entre a data de fechamento e a data do efetivo recebimento. O lucro líquido do Colégio São Sebastião, até o momento da venda, é de R\$142, não apresentando efeito significativo no contexto do consolidado da Companhia. **1.9. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$64.643 (ativo circulante consolidado de R\$847.519 e passivo circulante consolidado de R\$912.162), cujo principal impacto está atrelado às obrigações por aquisição de participações societárias com liquidações previstas no curto prazo. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$718.902 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, baseada em suas projeções, concluiu que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional. Vale ressaltar, também, que em 05 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples no valor de R\$300.000 com prazo de liquidação até 05 de fevereiro de 2030. Esse recurso será integralmente utilizado pela emissora para reforço de caixa no âmbito da gestão ordinária dos negócios, maiores detalhes na nota 31.2. **2. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas atuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais proces-

so administrativos quanto dos judiciais. **Tributos:** Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar empréstimos os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benéficas em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer). **4. Combinação de negócios:** **4.1. FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais:** A Companhia, através de sua controlada indireta Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO"), realizou em junho de 2024 o acordo de investimento com os acionistas do Centro de Ensino Superior de Pinhais Ltda. ("FAPI"), para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 12 de junho de 2024. A aquisição foi motivada pelo interesse da Companhia em expandir sua operação de medicina. O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Pago na data do fechamento	161.256
Ajuste de preço (i)	2.522
Parcela retida	21.312
<b>Total da contraprestação</b>	<b>185.090</b>

(i) Em 10 de outubro de 2024, houve o ajuste de preço da aquisição. **Alocação do valor justo:** Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas. Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 12 de junho de 2024:

Descrição	Posição em 30/06/2024	Revisão da alocação	Alocação final
Caixa e equivalentes de caixa	3.340	-	3.340
Contas a receber	729	-	729
Tributos a recuperar	95	-	95
Outros créditos	186	-	186
Contas a receber	503	-	503
Depósitos judiciais	37	-	37
Imobilizado, líquido	791	-	791

Descrição	Posição em 30/06/2024	Revisão da alocação	Alocação final
Intangível, líquido	-	-	-
Licença MEC	-	215.792	215.792
Direito de uso	7.375	-	7.375
	<b>13.056</b>	<b>215.792</b>	<b>228.848</b>

  

Passivos			
Fornecedores	(208)	-	(208)
Obrigações trabalhistas	(665)	-	(665)
Obrigações tributárias	(205)	-	(205)
Adiantamentos de clientes	(1.693)	-	(1.693)
Obrigações de arrendamento mercantil	(1.173)	-	(1.173)
Outras contas a pagar	(15.025)	-	(15.025)
Obrigações com partes relacionadas	(12.966)	-	(12.966)
Obrigações tributárias	(3.877)	-	(3.877)
Provisão para demandas judiciais	(1.744)	-	(1.744)
Obrigações de arrendamento mercantil	(6.202)	-	(6.202)
	<b>(43.758)</b>	-	<b>(43.758)</b>
<b>Total de ativos identificáveis líquidos</b>	<b>(30.702)</b>	<b>215.792</b>	<b>185.090</b>
<b>Agio</b>	<b>215.792</b>	<b>(215.792)</b>	<b>-</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b>185.090</b>	<b>-</b>	<b>185.090</b>

Metodologia para o reconhecimento do ativo intangível:

**Ativo**

Ativo	RS	Prazo esperado de amortização
Licença MEC	215.792	Indefinido

O ativo intangível Licença MEC foi avaliado utilizando a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que considera os benefícios econômicos futuros projetados e os traz a valor presente por meio de uma taxa de desconto (WACC) de 15,30% ao ano e perpetuidade em 3,5% ao ano, equivalente ao IPCA de longo prazo. Considerando as características do ativo e sua relevância estratégica para a operação da empresa, foi atribuído a ele uma vida útil indefinida, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por tempo indeterminado, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

**Saída de caixa líquida na aquisição da FAPI:**

	Junho/2024
Preço de Aquisição	185.090
Parcela retida	(23.834)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(3.340)
<b>Impacto líquido no fluxo de caixa da adquirente</b>	<b>157.916</b>

**Impacto das aquisições nos resultados da Companhia:** O resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela FAPI, a partir de junho de 2024, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 12 de junho de 2024. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde junho de 2024 inclui o valor de receitas líquidas gerado pela FAPI de R\$18.795. A FAPI também contribuiu com o lucro de R\$7.747 no mesmo período. Caso a aquisição da FAPI fosse em 1 de janeiro de 2024, a receita líquida seria de R\$26.602, com prejuízo no período de R\$12.440. **Cláusulas de reembolso de contingências:** A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da FAPI. **5. Destinação do lucro líquido:**

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	144.306	100.455
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	(7.215)	(5.023)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(34.273)	(23.858)
Dividendos adicionais	(25.727)	(36.142)
Dividendos adicionais propostos	(77.000)	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	(91)	(35.432)

**6. Eventos subsequentes:** **6.1. Renúncia do CEO Fabio Fossen:** Em 16 de janeiro de 2025 Sr. Fabio Fossen renunciou ao cargo de Diretor Presidente, o qual seguiu exercendo a função até 14 de fevereiro de 2025. Diante disso, o Conselho de Administração se reuniu e elegeu o Sr. Renato Padovese para o cargo de Diretor Presidente de forma interina, cargo que passou a ocupar a partir de 14 de fevereiro de 2025. O Sr. Renato Padovese é atualmente membro do Conselho de Administração e faz parte de uma das famílias fundadoras da Companhia, onde tem atuado por mais de trinta anos, sendo seu último cargo diretivo o de Codiretor Presidente em 2021. **6.2. Emissão de debêntures:** Em 23 de janeiro de 2025, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") a realização, pela Companhia ("Emissora"), em favor dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia ("Emissora"), composta de 300.000 (trezentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de mil reais, totalizando o montante de R\$300.000 na data de emissão ("Emissão" e "Oferta"). No dia 05 de março de 2025, foi creditado o valor de R\$300.000 (líquido do custo de captação), na respectiva data de emissão, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa CDI + 1,35% ao ano, sendo que os pagamentos da remuneração serão realizados semestralmente todo dia 5 (cinco) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de agosto de 2025 e o último dia 05 de fevereiro 2030. Esses recursos serão integralmente utilizados pela Emissora para reforço de caixa no âmbito da gestão ordinária dos negócios da Emissora e/ou de sociedades do seu Grupo Econômico. **6.3. Rating "AA(bra)"** Em 21 de março de 2025, a Companhia recebeu, pela primeira vez, o Rating Nacional de Longo Prazo "AA(bra)" da Fitch Ratings. Este rating também foi atribuído à 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$300.000, com vencimento em 2030 (Nota 31.2). A perspectiva do rating corporativo é Estável. Este rating reflete nosso histórico consistente de desempenho operacional na indústria brasileira de educação superior privada, destacando nossas marcas reconhecidas, bons indicadores de qualidade acadêmica e um importante fluxo de receita dos cursos de medicina. A classificação também considera nosso robusto perfil financeiro e forte disciplina financeira. A Perspectiva Estável incorpora a expectativa de que continuaremos ampliando nossa base de negócios, com gradual incremento das margens de EBITDA e manutenção de alavancagem líquida abaixo de 2,0 vezes.

Conselho de Administração		Diretoria		Contadora
Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente		Renato Padovese - Diretor Presidente		Solange Marcos
Fábio Ferreira Figueiredo	Patricia Ferreira Figueiredo	Luís Felipe Bresaola - Diretor de Relação com Investidores	Renato Padovese	CRC 1SP244763/O-0
Fernando Padovese	Gustavo Cellet Marques	Felipe Coragem Negrão - Diretor Financeiro e Administrativo	Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva	

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://estadaori.estado.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 31 de março de 2025, sem modificações.

## ESTADÃO

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI

EL DORADO FM 107.3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADÃO

broadcast